

Migração e Identidade: o Caso da Igreja Luterana no Oeste do Paraná

Migración e Identidad: el Caso de la Iglesia Luterana en el Oeste del Estado de Paraná, Brasil

Migration and Identity: the Case of the Lutheran Church in the West of Paraná State, Brazil

Jean Carlos Berwaldt

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), *Campus* de Marechal Cândido Rondon. E-mail: tytho_tytho@hotmail.com

Tarcísio Vanderlinde

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Programas de Pós-Graduação em Geografia e Desenvolvimento Rural Sustentável, *Campus* de Marechal Cândido Rondon. E-mail: tarcisiovanderlinde@gmail.com

Recebido: 02 de julho de 2017 Aceito: 08 de outubro de 2017
Disponível on-line em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica>

Resumo: O artigo tem como intuito discutir a migração luterana inicial para o Brasil e a posterior expansão dos fluxos migratórios, principalmente dos grupos que se dirigem desde o Estado do Rio Grande do Sul para o Oeste do Paraná. No período dos movimentos migratórios para o Oeste do Paraná emerge a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), que a partir dos Sínodos históricos manifesta-se com uma identidade peculiar no âmbito de sua missão para o Brasil. Embora existam outras igrejas luteranas, o foco do artigo se volta para a história da IECLB. Com relação aos procedimentos metodológicos adotou-se a pesquisa exploratória descritiva sobre o tema a partir de literatura específica e periódicos, além de outros documentos disponibilizados em sites da internet. Os aspectos identitários das comunidades luteranas se afirmam e se reconstruem ligadas aos movimentos migratórios. As companhias que colonizaram a região, estiveram atentas às peculiaridades culturais, religiosas e étnicas dos clientes agricultores para os quais vendiam as terras.

Palavras-chave: IECLB; Migrações; Identidade; Agricultura.

Resumen: El artículo tiene como propósito discutir la migración luterana inicial hacia Brasil y la posterior expansión de los flujos migratorios, principalmente de los grupos que se dirigen desde el Estado de Rio Grande do Sul hacia el Oeste de Paraná. En el período de los movimientos migratorios hacia el Oeste de Paraná emerge la Iglesia Evangélica de Confesión Luterana en Brasil (IECLB), que a partir de los Sínodos históricos se manifiesta con una identidad peculiar en el ámbito de su misión para Brasil. Aunque existen otras iglesias luteranas, el foco del artículo se vuelve a la historia de la IECLB. Con respecto a los procedimientos metodológicos se adoptó la investigación exploratoria descriptiva sobre el tema a partir de literatura específica y periódica, además de otros documentos disponibilizados en sitios de internet. Los aspectos identitarios de las comunidades luteranas se afirman y se reconstruyen ligadas a los movimientos migratorios. Las compañías que colonizaron la región, estuvieron atentas a las peculiaridades culturales, religiosas y étnicas de los clientes agricultores para quienes vendían las tierras.

Palabras clave: IECLB; Migraciones; Identidad; Agricultura.

Abstract: This article aims to discuss the initial Lutheran migration to Brazil and the subsequent expansion of migratory flows, especially from the groups that go from the State of Rio Grande do Sul to the West of Paraná. In the period of migratory movements to the west of Paraná, the Evangelical Church of Lutheran Confession in Brazil (IECLB in portuguese) emerges, which from the historical

Synods manifests itself with a peculiar identity within the scope of its mission to Brazil. Although there are other Lutheran churches, the focus of the article turns to the history of the IECLB. Regarding the methodological procedures, the descriptive exploratory research on the subject was adopted from specific literature and periodicals, as well as other documents available on Internet sites. The identity aspects of Lutheran communities affirm and rebuild themselves linked to migratory movements. The companies that colonized the region were attentive to the cultural, religious and ethnic peculiarities of the farmers' clients to whom they sold the land.

Key words: IECLB; Migrations; Identity; Agriculture.

Introdução

Pode-se afirmar que a religiosidade possui relação estreita com a formulação identitária de um grupo social, implicando em múltiplas e complexas práticas. Práticas estas, que interagem com os mais variados segmentos e espaços da sociedade (RABUSKE *et al.* 2012). No caso da colonização do sul do Brasil a partir do século XIX, houve grande influência das comunidades evangélicas luteranas, de modo que o tema continua despertando o interesse de estudiosos no tempo presente.

A chegada de protestantes ao Brasil já se deu logo após a descoberta do país, porém foram esporádicos e não deixaram marcas. Só ganharam maior representatividade após 1824 com a chegada de imigrantes alemães, que na grande maioria eram luteranos protestantes. Na região Oeste do Paraná, as primeiras comunidades luteranas que se estabeleceram, migraram predominantemente do Estado do Rio Grande do Sul ao final da década de 1940 e durante a década de 1950. Com os deslocamentos dos luteranos se afirma uma nova religião no Brasil: o Luteranismo (LINK, 2007).

De acordo com Wulfhorst (1989), os protestantes são divididos em luteranos, reformados, anglicanos, batistas, adventistas e pentecostais. O luteranismo é formado principalmente pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e pela Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). Esta última teve o início de suas atividades em 1902 e até hoje integra a comunhão da Igreja Luterana-Sínodo Missouri dos Estados Unidos, não se filiando a Federação Luterana Mundial, nem ao Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil. A exemplo da IELB, os demais grupos protestantes também são de origem norte-americanas que emergiram de trabalho missionário. Ainda existem outras minorias luteranas no Brasil sem a expressão da IELB e da IECLB.

Entre os ramos do luteranismo presentes no Brasil, e o foco da pesquisa no qual se ampara o artigo, destaca-se a formação e expansão da IECLB para o Oeste do Estado do Paraná. Este segmento eclesial se originou através da Federação Sinodal no ano de 1949, decorrente da união das estruturas eclesiais (comunidades), dos Sínodos riograndense (1886); Evangélico Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros estados, mais conhecido como Sínodo da “Caixa de Deus” (1905); a Associação Evangélica de Comunidades de Santa Catarina (1911) e o Sínodo Evangélico Brasil Central (1912). Foi a partir destas comunidades, que a IECLB herdou a espiritualidade e confessionalidade que a caracteriza identitariamente (WACHHOLZ, 2009).

A Federação Sinodal teve papel importante no surgimento de uma rede de escolas comunitárias de educação básica, com vínculo estreito à organização da vida comunitária do povo protestante e da criação e desenvolvimento da IECLB. O desenvolvimento de escolas comunitárias, mostra que houve uma constante necessidade de adaptação às dificuldades e busca de soluções para as mais diferentes situações que foram se apresentando. A IECLB, por meio da atuação de seus sínodos vem contribuindo com suas escolas no âmbito do quadro educacional brasileiro (STRECK, 2016).

As históricas comunidades luteranas eram formadas essencialmente por agricultores. Desde sua formação, a IECLB leva em conta esta origem, o que a levou a preocupar-se,

além dos aspectos educativos, com a questão agrária do país, situação econômica, direitos humanos, sociedade, política e cidadania (MAJEWSKI e RULDOF, 2005).

O artigo surge de pesquisa em curso e leva em conta o referencial bibliográfico que aborda os aspectos migratórios de contingentes luteranos para o sul do Brasil e posterior expansão para a região Oeste do Paraná.

As migrações Luteranas no Contexto das Políticas Migratórias Brasileiras

Ao buscar um sentido para sua existência, o ser humano pode ser levado a crer em uma forma de vida superior, onde todas as coisas subsistem amparadas por um poder supremo, que é capaz de controlar a vida humana e de todo o universo. A busca pelo sentido da existência pode ser experimentada pela e através da religião. Sendo tratada como um fenômeno, a religião pode ser percebida como um sistema que apresenta comportamento, organização, estruturação e doutrina na busca do significado e do sentido da vida e da existência humana (SILVA, 2012).

Weiss (2012) cita em seu estudo sobre Durkheim, que a religião é considerada um fenômeno social, a qual teria como função manter a unidade do grupo, garantindo ideias que fossem fundamentais para a existência do mesmo. O autor defende que o estudo do fenômeno religioso deveria ser feito a partir da investigação da manifestação religiosa, mesmo a mais simples, pois tem ela papel importantíssimo na vida social do indivíduo. Nesta perspectiva, o totemismo, por exemplo, constitui o sistema religioso mais simples, no qual o grupo social, cria uma identidade que se torna responsável por diferenciá-lo de outros grupos. Assim, o sociólogo está convencido de que as coisas sagradas são representações da vida social (VARES, 2015). O componente religioso se faz presente na “estrutura da personalidade humana” e em cada civilização (VARES, 2015, p. 5).

No diálogo com Durkheim, Vares (2015, p. 6) observa que a “essência da religião está na distinção da realidade em duas esferas, a do ‘sagrado’ e a do ‘profano’”. O “sagrado” seria composto de crenças e ritos que se pode chamar de religião. Observa ainda que “o que caracteriza o sagrado é o fato de estar apartado das coisas cotidianas”, e o afastamento desta realidade desperta reações quando profanado.

Uma religião é normalmente caracterizada por ritos. Existem os ritos negativos que tem o intuito de preservar a separação entre o mundo sagrado e o mundo profano, e os positivos que visam manter o fiel em contato com o sagrado. Os ritos têm a função de fazer com que as pessoas saiam do universo profano e acessem o mundo sagrado, sendo responsáveis por “manter vivas as crenças, permitindo a renovação das representações coletivas referentes às coisas sagradas” (VARES, 2015, p. 9). De um modo geral, o autor conclui que “Durkheim considera a sacralização do humano um avanço histórico, social e político, inestimável para os rumos da civilização” (VARES, 2015, p. 18).

O entendimento dos conceitos de sagrado e profano é fundamental para a compreensão do fenômeno religioso. Para Mircea Eliade, o “sagrado” é o que distingue do que é comum, sendo completamente diferente do cotidiano, ou seja, diferente daquilo que é “profano”. Estes dois conceitos “constituem duas modalidades de ser no mundo, duas situações existenciais assumidas pelo homem ao longo de sua história” (ELIADE, 1992, p. 14). Segundo o autor, seja qual for o contexto histórico, o homem religioso acredita que existe uma realidade absoluta, o “sagrado”, acredita ainda “que a vida tem uma origem sagrada e que a existência humana atualiza todas as suas potencialidades na medida em que é religiosa, ou seja, participa da realidade” (ELIADE, 1992, p. 97).

O fenômeno religioso pode estar agregado ao fenômeno migratório como demonstra o “transplante” de comunidades luteranas da Europa para o Brasil. Por outro lado, os deslocamentos humanos são estimulados pelo advento da tecnologia e pelo impacto de fatores de ordem econômica e social. Em muitos países não se adotavam diferenças entre os direitos dos nacionais e os dos estrangeiros. Isto acabou trazendo um impacto positivo na

formação de diversos povos e nacionalidades. O fenômeno migratório altera o desenvolvimento de regiões e países, o crescimento populacional de cidades, a troca de experiências e tecnologia entre povos ocasionando alterações ao meio em decorrência desses processos (MARINUCCI e MILESI, 2011).

Em todas as épocas, as migrações proporcionaram desafios para os países, sociedades locais e/ou regionais e ainda para a comunidade internacional. Dentre os maiores desafios está a preocupação com a exclusão crescente dos povos, luta pela sobrevivência de países e regiões; aumento das desigualdades entre Norte e Sul; a existência de barreiras protecionistas que não permitem aos países emergentes colocarem os próprios produtos em condições competitivas nos mercados; a proliferação dos conflitos e das guerras; o terrorismo; os movimentos marcados por questões étnico-religiosas; a urbanização acelerada; a busca de novas condições de vida nos países centrais, por trabalhadores da África, Ásia e América Latina; questões ligadas ao narcotráfico, à violência e ao crime organizado; os movimentos vinculados às safras agrícolas sazonais, aos grandes projetos da construção civil e aos serviços em geral; as catástrofes naturais e situações ambientais (MARINUCCI e MILESI, 2011).

Contudo, pode-se observar certo grau de importância do papel dos processos migratórios na composição sociocultural e na formação territorial. Têm-se então as migrações como fator importante no processo de acúmulo de capital, já que os fluxos possuem um sentido de saída de zonas menos desenvolvidas em direção a zonas luminosas ou mais desenvolvidas, sempre buscando melhores condições de vida através de novas oportunidades de emprego. O desenvolvimento econômico e cultural no Brasil está atrelado ao fenômeno das migrações. Os movimentos populacionais foram e são determinantes na formação territorial brasileira (PEREIRA e TUMA FILHO, 2011).

A preocupação com a ocupação territorial do Brasil por estrangeiros é de longa data, uma vez que em 1922, marco da Independência do Brasil, uma das principais preocupações do governo brasileiro era garantir a soberania no território ao sul do país. Em tempos anteriores o sul do Brasil acabou não fazendo parte do desejo de colonização por parte dos portugueses, pois não se enquadrava nos padrões exigidos pelos europeus para acúmulo de capitais, sem contar que não existiam portos naturais para que as embarcações dos portugueses pudessem atracar. De acordo com Witt (1996), o território rio-grandense passou a chamar atenção dos portugueses só quando escasseou o braço escravo. Isso aconteceu quando os holandeses ocuparam as áreas de terra de onde eram trazidos os escravos africanos.

Existia em contrapartida um interesse em colonizar o Brasil com imigrantes brancos um século antes de chegar os primeiros imigrantes alemães no Rio Grande do Sul. Para resolver a crise do sistema, uma vez que havia uma pressão para a libertação da mão de obra escrava quando o capitalismo estava em transição do capitalismo mercantil para o industrial, decidiu-se abrir as portas para a entrada de imigrantes estrangeiros, sendo estes potenciais trabalhadores e consumidores. A ação premeditada apoiava-se no discurso da necessidade de imigrantes propagadores da “religião do trabalho” (WITT, 1996 p. 50).

A migração para o atual território do Estado do Rio Grande do Sul passa a se dar em dois períodos distintos: a imigração e a colonização. O primeiro, dirigido pelo próprio governo imperial, se estendeu por um período de seis anos (1824 a 1830) que cedendo às pressões dos que se opunham à colonização com núcleos coloniais, cortou toda a ajuda financeira para o transporte e o assentamento dos imigrantes. O segundo, dirigido pelo governo da província, teve início em 1834, quando foram concedidas às províncias maior autonomia na condução da política de colonização. Contudo, só foi possível a regulamentação dessa política, após a Guerra dos Farrapos em 1845 (WITT, 1996).

Destaca-se, contudo, que a imigração de fato se intensificou a partir de 1850, “quando a responsabilidade da colonização é descentralizada e passa para os governos provinciais e

para a iniciativa privada” (VANDERLINDE, 2006, p.68). Ainda de acordo com o autor, esses imigrantes eram oriundos das camadas sociais mais exploradas e marginalizadas da sociedade alemã. Em contraponto, há também a necessidade de compreender os interesses da Alemanha em incentivar a vinda dos emigrantes para o Brasil.

Conforme Witt (1996), os desníveis sociais e econômicos existentes na Alemanha encontraram na emigração uma válvula de escape. As camadas sociais mais pobres, colonos operários e diaristas, eram forçados, devido sua situação socioeconômica, a deixarem o país. O estímulo da emigração significava, em caso extremo, que o território de Mecklenburg empurrava uma parte dos seus penitenciários e Hamburgo os seus habitantes não domiciliados e desempregados para o Brasil.

Em suma, os imigrantes que chegaram à região Sul do Brasil, realizaram uma colonização nos moldes da política do governo imperial e, desde o princípio, tornaram-se proprietários de terras, diferentemente dos que foram levados às fazendas cafeicultoras, os quais, antes de se tornarem proprietários, quando o conseguiam, tinham de trabalhar em regime de parceria (WITT, 1996).

A partir de 1840, o processo migratório passa a contar com o incentivo do governo alemão, uma vez que poderia conseguir benefícios para as indústrias alemãs, pois as mesmas exigiam a expansão do mercado para a colocação de seus produtos. Pensou-se até na formação de um Estado alemão para o Sul do Brasil, pensamento rejeitado mais tarde por outros círculos da sociedade (WITT, 1996).

O Comitê Evangélico para os Alemães Protestantes na América defendia um plano que previa a necessidade de se dar um direcionamento ao processo emigratório, evitando que grandes massas emigrassem para os Estados Unidos da América (EUA), onde segundo este, os alemães eram rapidamente assimilados e americanizados, tornando-se inclusive concorrentes dos demais alemães. De acordo com o comitê, a direção a ser dada aos emigrantes era o sul do Brasil, uma vez que a região era pouco povoada, com maior capacidade de lotação e povoamento, clima favorável para produção de produtos europeus (WITT, 1996).

Para o comitê, também era importante investir na germanidade daqueles que se dirigissem ao continente sul-americano, bem como dos que já estavam lá. Dentre os pontos a serem abordados estava a conservação da língua, costumes, igreja e escolas. A preocupação estava em criar uma sociedade que se preocupasse em receber e acompanhar os emigrantes no processo de assentamento das terras a eles destinadas, transformando desse modo a emigração de alemães numa questão socioeconômica (WITT, 1996). Percebe-se neste momento uma política identitária atrelada ao processo migratório.

Desde os primórdios da colonização alemã no Rio Grande do Sul, houve ondas de migração interna, logo após a fundação dos primeiros núcleos coloniais. A criação dos núcleos subsequentes se fez com elementos que provinham dos núcleos fundados anteriormente. Os dados referentes à migração interna no Estado do Rio Grande do Sul são escassos, ainda assim pode-se afirmar que a imigração e migração interna caminharam juntas na colonização do Estado (WITT, 1996).

A principal dificuldade encontrada pelos colonos no início da colonização foi o fato de que as terras a eles destinadas não terem sido demarcadas. Isso lhes gerou insegurança em relação à propriedade das mesmas. Além deste, outros problemas como falta de estradas, falta de assistência médica e desconhecimento da realidade agrícola da região causava ainda mais desconforto aos colonos (WITT, 1996).

O avanço da imigração dos alemães protestantes no Rio Grande do Sul foi resultado de um trabalho muito forte do Sínodo riograndense. Havia sempre uma preocupação por parte dos evangélicos com os novos imigrantes e com aqueles que migravam para as novas

colônias. Aqui, o trabalho de pregação itinerante era o campo de trabalho e o desafio dos pastores. Tarefa esta, importante, que continuaria no período sinodal (WITT, 1996).

Notou-se que após a fixação nas novas colônias, muitos colonos passaram a viver dispersos uns dos outros, acabavam ficando isolados e em situações difíceis, uma vez que havia poucas estradas, nenhuma escola e a Igreja a qual eram membros ficara distante. E é neste contexto, que Witt (1996, p. 63) descreve que “foram extremamente árduos os primeiros anos nas novas colônias. Os colonos recebiam suas terras quase sempre no meio da mata, e ali podiam contar apenas com a solidariedade dos vizinhos”. Muitas vezes os colonos passavam semanas sem ver outras pessoas que não fosse a sua própria família.

Ainda de acordo com Witt (1996, p.63), “não é de se duvidar que esses pioneiros definhassem espiritualmente”. O autor destaca a importância do atendimento itinerante dessas famílias onde os pastores dos sínodos tinham como missão servir de apoio em situações difíceis, sempre indo ao encontro dos evangélicos para preservar sua fé e sua cultura germânica, não repetindo o erro das igrejas evangélicas da Alemanha que abandonaram os emigrantes que se dirigiram ao Brasil.

Apesar de toda dificuldade encontrada, as comunidades evangélicas luteranas começaram a ser fundadas em diversos pontos do Brasil. O primeiro Pastor Luterano no Brasil foi Friedrich Oswald Sauerbronn. Ele chegou ao Rio de Janeiro, mais precisamente a Nova Friburgo, juntamente com mais 300 imigrantes alemães em sua maioria luterana. Conforme Santos e Cecchetti (2013, p.3), “em 1866, no Estado do Paraná, a cidade de Curitiba, assistiu à formação de sua primeira Comunidade Evangélica sob encargo do Pastor Friedrich Gaertner, que tinha como ocupação anterior como professor”. Vale ressaltar que estas comunidades aos poucos foram sendo fundadas e tinham pouca ligação entre si. Eram independentes, assim, não era fácil para os pastores destas comunidades, pois a eles cabia o duro trabalho de iniciar uma Igreja, geralmente sem o apoio de muitas pessoas.

Luteranos na Colonização do Oeste Paranaense

No Paraná, a colonização com colonos estrangeiros foi bastante reduzida no Império, ocorrendo a imigração em escala maior somente no fim do século XIX e durante o século XX. Mais tarde no início da República, o Paraná contou com imigrantes estrangeiros e imigrantes de descendentes de europeus para seus programas de colonização (GREGORY, 2002).

A migração de caráter interno, em larga escala no estado do Paraná, se deu no final da década de 1930, e estes eram procedentes de regiões cafeeiras advindas da região de São Paulo. O que os motivou foi à busca por solos mais férteis, uma vez que houve redução na fertilidade de solos daquela região em função do manejo e cultura que realizavam. O mesmo ocorreu com os sulinos, migrantes descendentes de alemães e italianos, advindos dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Estes pioneiros estabeleceram-se no sudoeste do Paraná. Conseqüente esta frente pioneira, seguiu para o oeste do Estado (MULLER, 1986).

Entre os estudos sobre a ocupação recente do Oeste do Paraná, se destaca a pesquisa realizada por Silvio Colognese e Erneldo Schallenberger. Os autores concluem que, com o fim da guerra do Brasil contra o Paraguai teve início o processo de ocupação da Região Oeste do Paraná. Ali, através de *obrages*, os argentinos haviam projetado seus interesses sobre a região reconhecendo seu potencial econômico. Já a partir de 1930, os ingleses teriam adquirido uma vasta área de terra nas margens do rio Paraná, conhecida por Fazenda Britânia, integrada pelo porto Britânia por onde se fazia a exportação de erva-mate e madeira para fora do país (COLOGNESE e SCHALLENBERGER, 1994).

De acordo com Priori *et al.* (2012) pode-se dizer que o processo da ocupação da região Oeste se deu em quatro etapas. A primeira, decorrente da ocupação pelos índios que se espalhavam também por todo o território do continente sul-americano, a segunda,

corresponde à atuação e presença dos padres jesuítas espanhóis que desenvolveram várias missões pelo território. A terceira, data do período entre 1881 e 1930, que corresponde à introdução do sistema de *obrages*, entre Foz do Iguaçu e Guaíra, cujo objetivo principal era a exploração extrativista da erva-mate e da madeira. A quarta fase se deu pela atuação das empresas colonizadoras que efetivaram a colonização moderna do Oeste paranaense.

Através do sistema de *obrages*, com a exploração dos recursos naturais, as empresas abriram horizontes para a colonização. O desenvolvimento desse sistema foi facilitado porque o governo imperial em meados do século XIX havia assinado um acordo de navegação com a Argentina e com o Paraguai (PRIORI *et al.*, 2012).

De acordo com Gregory (2002) a colonização da região Oeste do Paraná, se deu pelo estabelecimento de pequenas propriedades, as quais eram de em torno de 25 a 40 hectares, adquiridas por compra. O autor cita que após 1930, o Paraná vinha consolidando sua economia, através da exploração madeireira que crescia em importância, constituindo-se num grande ciclo econômico, embora a erva mate mantivesse o seu predomínio por bom tempo.

Um dos fatores que auxiliaram no desenvolvimento do Oeste do Paraná foi a necessidade de madeira para atender à construção civil para a já significativa urbanização brasileira e para a reconstrução da Europa, destruída pela Guerra. Esta dinâmica econômica e o rápido retorno dos investimentos iniciais da exploração, da industrialização e da comercialização da madeira, viabilizaram novos investimentos das companhias colonizadoras que adquiriram glebas e se estabeleceram no Oeste do Paraná, onde primeiro exploravam e comercializavam a madeira de valor econômico e depois vendiam a terra para os colonos que passaram a produzir excedentes agrícolas (GREGORY, 2002).

Dentre as empresas que atuaram na colonização do Oeste Paranaense estão às companhias Industriais Madeireira e Colonizadora Rio Paraná Ltda (Maripá); Pinho e Terras Ltda; Industrial Agrícola Bento Gonçalves; Colonizadora Gaúcha Ltda.; Colonizadora Matelândia; Colonizadora Criciúma; Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda; e Colonizadora Norte do Paraná. Essas empresas colonizaram uma área superior a dois milhões de hectares. O acordo com o Estado era que as empresas se dedicassem às atividades relacionadas à madeira, à indústria, ao comércio e à venda das terras. Dentre as empresas, a Maripá foi a que obteve maior destaque por ações sociais, empreendendo construções de casas, hotéis e estradas, não atuando apenas e exclusivamente na venda de lotes de terras (PRIORI *et al.* 2012).

De acordo com Piori *et al.* (2012 p. 83) a “Maripá fixou sede em Toledo e tomou uma série de medidas para formar diversas colônias de agricultores na região”. A companhia colonizadora dividiu as terras de modo que cada propriedade tivesse um curso de água sendo que os compradores eram selecionados rigorosamente.

Pode-se dizer que a Maripá tornou-se o principal agente colonizador do Oeste. O princípio de colonização que se firmou, como já foi sinalizado, foi o de pequena propriedade agrícola, para que atendesse basicamente as necessidades pessoais. Para Colognese e Schallenberger (1994, p.22), “o modelo de colonização adotado pela Maripá reproduzia a experiência historicamente herdada dos imigrantes alemães e italianos”. Neste modelo, a estruturação e a demarcação dos lotes respeitavam as condições básicas para integração dos habitantes nas colônias, formando núcleos no sentido de facilitar a vida comunitária e o cultivo do espírito associativista, da tradição religiosa e sociocultural.

Freitag (2007, p.99), cita que, assim como a colonizadora Maripá, a Companhia Pinho e Terra Ltda tinha um projeto de colonização semelhante que “priorizava uma estrutura racional de produção do espaço e o direcionamento étnico para seus habitantes”. A Companhia Pinho e Terra adquiriu uma extensão distinta da colonizadora Maripá. Esta extensão refere-se a uma área de 25.310 hectares. Nesse espaço localizam-se atualmente

os municípios de Palotina, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguçu, Matelândia, Medianeira e Céu Azul.

O fato da Companhia Pinho e Terra adquirir glebas descontínuas de terra fez com que o processo de investimento em infraestrutura ficasse mais caro para esta companhia, ocasionando a venda de grandes áreas de terra para outras madeireiras (FREITAG, 2007). Mesmo assim, percebe-se que tanto a Companhia Pinho e Terra quanto a Maripá, foram empresas de grande importância para o desenvolvimento do Oeste do Paraná, de forma que sem toda a estruturação que as mesmas ofereceram, o processo de desenvolvimento que ocorreu na região poderia ter sido mais lento do que de fato aconteceu.

Desta forma, a colonizadora Maripá e as demais empresas colonizadoras, colonizaram a região Oeste Paranaense, formando comunidades levando em consideração os aspectos culturais, sociais, e religiosos, além de ter como características o espírito comunitário, a cooperação e o pioneirismo (COLOGNESE e SCHALLENBERGER, 1994).

As comunidades além de permitirem continuidade cultural devido ao fato de serem formados basicamente por descendentes de alemães e italianos e trazerem consigo este aspecto, aproximava os indivíduos e as famílias, integrando-as em torno de valores comuns. Sendo um destes valores a vivência da mesma fé, uma vez que partes dessas comunidades eram formadas na grande maioria por evangélicos, constituindo-se como identidade. Situação que por sua vez cria uma nova dinâmica de relações que repercutem ao nível da cultura e representações religiosas, uma vez que os evangélicos luteranos do Oeste do Paraná têm tradições religiosas e comunitárias muito intensas (COLOGNESE e SCHALLENBERGER, 1994).

Por outro lado, a ocupação do Oeste Paranaense, pode também ser considerada como uma estratégia política para integrar tais terras ao território brasileiro. Conforme observa Freitag (2007), tal processo de ocupação para o espaço consistiu em uma estratégia política a qual, muito além do aproveitamento de áreas ditas vazias, originou condições necessárias para a adoção de medidas destinadas a sanear e a transformar a estrutura de uso e de apropriação da terra no Paraná naquele período. Tais medidas implicaram em novos traçados para o território em especial aqueles devolutos ou sob a tutela de concessões estrangeiras.

Dessa forma a ocupação da região foi basicamente estruturada por imigrantes vindos do Estado do Rio Grande do Sul e em parte, em sua minoria do Estado de Santa Catarina. O território que antes era considerado de ninguém passou através da ocupação estratégica a ser território brasileiro, utilizado principalmente para cultivo familiar em pequenos lotes de terra. Transformar o território em um local de produção fez com que o progresso chegasse a esta região. O investimento em infraestrutura tal como a abertura de estradas e construção das primeiras casas e vilas atraiu novos habitantes para a região. Nesse contexto, as Colonizadoras Maripá e a Companhia Pinho e Terra Ltda, tiveram papel de grande importância, pois foram elas com auxílio de outras empresas que organizaram o território na região (FREITAG, 2007).

Colognese e Schallenger (1994), concluem que o Oeste do Paraná, passou por diversas transformações. Primeiro, com sua colonização e anos mais tarde com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu em Foz do Iguçu e a formação do Lago. Nesse contexto, surgiram as igrejas evangélicas e emergiu a experiência eclesial dos evangélicos-luteranos do Oeste do Paraná.

No intuito de manter a coesão das famílias migrantes, fortalecendo assim a identidade, cada vez mais as Igrejas que surgiram se uniram a escolas na procura de auxílio no que diz respeito à organização e na integração das comunidades. Igrejas e escolas juntas garantiram a evolução cultural da sociedade. Colognese e Schallenger (1994, p.22), afirmam que “A escola assumiu nas comunidades evangélicas um papel preponderante,

uma vez que a leitura e a interpretação da bíblia eram básicas para a sobrevivência religiosa, o que pressupunha a escolarização”.

Uma vez que a língua é uma prática social que expressa e articula as experiências do homem, a linguagem utilizada pelos imigrantes é um fator relevante e que não passa despercebido nesse contexto das comunidades cristãs evangélicas. Identifica-se uma forte herança cultural dos núcleos de colonização, mantendo vivos elementos da tradição, costumes e religiosidades da língua. De acordo com Colognese e Schallenberger (1994, p.35) “estes elementos foram cristalizados no tempo pela tradição”.

Deste modo, pode-se notar que na medida em que a sociedade se movimenta, leva consigo a linguagem e suas tradições. Nessa mesma linha de pensamento, os autores citam ainda que, “nestas comunidades, percebe-se uma tendência de preservação da língua materna, ao mesmo tempo em que os fatores sociais e históricos desencadearam o desenvolvimento de uma segunda língua” (COLOGNESE e SCHALLENBERGER (1994, p. 35). A linguagem pode ser considerada a “alma de um povo” ou de uma pequena comunidade. Ela não deve ser desconsiderada de maneira alguma. Na região Oeste, ainda é muito utilizada a língua alemã como forma de comunicação entre os mais antigos. Para os autores, a preservação da língua materna junto a fatores sócio históricos, desencadearam o desenvolvimento de uma segunda língua com o passar das gerações. Sendo assim, cada vez mais a língua materna deixa espaço para a segunda língua. Isso acaba interferindo no indivíduo, uma vez que o mesmo não quer se desvincular de sua língua materna e também não consegue se expressar com eficiência na segunda.

De acordo com os autores, as levas de colonos que se sucederam tinham vínculos de parentesco e vizinhança com os que aqui já habitavam. Ainda citam que uma das razões pelas quais optavam por esta região era o fato de existirem comunidades luteranas já estabelecidas como atrativo para a vinda dos mesmos. Desse modo a solidariedade étnica e a identidade cultural marcada pela tradição religiosa e pela prática da mesma língua constituíram-se elementos fundamentais para o enfrentamento dos desafios que a situação do meio impunha. De acordo com Beulke (2007), diante das condições adversas encontradas os colonizadores tinham em sua vivência, um aspecto em comum, a solidariedade. O apoio mútuo entre os vizinhos era também a forma de concretizar sua fé no cotidiano.

Com a colonização da região Oeste do Paraná, as terras passaram a ser muito procuradas por desbravadores com o intuito de enriquecimento. O aumento das comunidades, circulação de capital e de mão-de-obra refletiu sobre a organização do espaço, havendo já um início de urbanização. Esse fenômeno junto à modernização agrícola e as interferências sobre a organização do espaço e da produção econômica, social e cultural afetaram as representações e os valores de referência do homem do Oeste Paranaense (COLOGNESE e SCHALLENBERGER, 1994).

Colognese e Schallenberger (1994 p.39) lembram ainda que um dos fatores que motivaram as famílias a partirem em direção ao Oeste Paranaense, foi “O estreitamento do espaço econômico, pelo esgotamento do solo e pela redução de fronteiras agrícolas”, fazendo com que as pessoas buscassem uma nova alternativa, ou seja, novas áreas de terra para melhorar a condição em que se encontravam.

De acordo com Vanderlinde, com a imigração e a colonização de descendentes de alemães no Oeste Paranaense, houve uma diversificação da agricultura, urbanização das cidades, e industrialização. Assim os colonizadores que aqui fixaram residência defrontaram com as dificuldades inerentes à época, as condições adversas de estar abrindo clareiras, construindo seus improvisados acampamentos e começando suas lavouras de subsistência (VANDERLINDE, 2002, 2004).

Nesta trajetória estão os evangélicos luteranos do Oeste do Paraná. Os mesmos foram marcados pelo processo migratório e colonizador do sul do Brasil. Oriundos de zonas de colonização de tradição europeias sofreram os impactos produzidos pela expansão e modernização do capitalismo na agricultura, o que provocou deslocamentos tanto ao nível das representações quanto das formas concretas de produção e organização da existência (COLOGNESE e SCHALLENBERGER, 1994).

Em se tratando da colonização e fundação da IECLB no Município de Marechal Cândido Rondon, Pawelke (2008) cita que o serviço pastoral tem seu início com a colonização da firma Petry-Meier-Annes, em Sol de Maio. Sendo, Sol de Maio e Foz do Iguaçu as comunidades mais antigas do Oeste Paranaense uma vez que a região era de difícil acesso. Cita ainda que em 1966 reuniu-se em Toledo a Primeira Assembleia Geral Ordinária do Distrito Oeste do Paraná, assembleia de sua fundação com objetivos de elaborar uma ordem de vida eclesial para todo o Oeste do Paraná. Na oportunidade se elaborou um memorando com a intenção de ser enviado ao governo com indagações referentes ao preço baixo da carne de suíno. O objetivo da assembleia era a eleição da diretoria do novo distrito, contudo o aspecto econômico que envolvia as comunidades naquele momento não foi olvidado.

Pawelke (2008) também apresenta dados importantíssimos sobre a comunidade evangélica Martin Luther de Marechal Cândido Rondon, anterior ainda à construção da igreja em Toledo. Conforme o autor, em agosto de 1951 realizou-se reunião com o intuito de fundar a comunidade Martin Luther. No ano seguinte foi eleito à direção da escola e em abril de 1960, é escolhido o nome da comunidade como Martin Luther.

A partir do final da década de 1970, a IECLB no Oeste do Paraná começou a compreender melhor o contexto sociocultural que a envolvia, uma vez que quase em sua totalidade as comunidades cristãs evangélicas eram de descendência étnica alemã, com forte bagagem cultural. Desse modo, a Igreja foi levada a compreender, pontuar e valorizar as questões sociais, e “passou a assumir como sua a luta pela justiça e pela dignidade dos seus fiéis e da população no geral” (COLOGNESE e SCHALLENBERGER, 1994, p. 28).

Considerações Finais

O artigo surge de estudos preliminares decorrentes de pesquisa relacionada a migração e presença de comunidades luteranas no Oeste do Estado do Paraná. Embora existam outros ramos de igrejas luteranas, o artigo contempla a formação da IECLB a partir da união de sínodos e o esforço despendido em manter uma identidade luterana entre as comunidades durante seu processo de expansão.

A igreja luterana se forma historicamente a partir de comunidades agrícolas que acabou se tornando uma marca identitária dessa igreja. Contudo, hábitos de vida seculares acabaram se preservando ou se transformando no intuito de manter uma identidade peculiar. Com a elaboração desse artigo pode observar-se que a religião foi um elemento constitutivo importante a manter a coesão e a segurança espiritual e cultural das comunidades. Para onde os imigrantes se dirigiam costumavam surgir igrejas ao lado de escolas.

As companhias que promoveram a colonização do Oeste do Paraná estiveram atentas às peculiaridades religiosas e culturais dos grupos alvo do seu empreendimento. As áreas agrícolas seguiram um padrão de divisão em pequena propriedade já adotado secularmente entre os ancestrais dos novos colonos. Por outro lado, surgiram no Oeste do Paraná, núcleos predominantemente católicos e outros evangélicos ou protestantes. O imigrante já se dirigia para uma região onde poderia encontrar afinidade religiosa. Essa política das companhias colonizadoras acabou sendo muito exitosa entre os postulantes que iam fazer a vida no Oeste do Paraná.

Referências

- BEULKE, G. A história do ministério diaconal na IECLB. **Estudos Teológicos**, v. 47, n. 1, p. 144-165, 2007.
- COLOGNESE, S. A.; SCHALLENBERGER, E. **Migrações e comunidades cristãs: o modo de ser evangélico-luterano no Oeste do Paraná**. Toledo: Edt. 1994.
- ELIADE, M. **O Sagrado e o Profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FREITAG, L.C. **Extremo-oeste paranaense: história territorial, região, identidade e (re)ocupação**. 2007. 209 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Franca, 2007.
- GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)**. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- LINK, R.S. O papel da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil nas Novas Áreas de Colonização: O caso de Rondônia 1972-1987. In: DREHER, Martin N.; TRAMONTINI, Marcos Justo (Orgs.). **Leituras e interpretações da imigração na América Latina: XVI Simpósio de História da Imigração e Colonização**. São Leopoldo: Oikos, 2007. p.650-661.
- MAJEWSKI, R.G.; RUDOLF, V.S. A contribuição da IECLB para a cidadania no Brasil. **Estudos Teológicos**, v.45, n.1, p.32-61, 2005.
- MARINUCCI, R. MILESI, R. **Migrações Internacionais Contemporâneas**. Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/MIGRA%C3%87%C3%83O-NO-MUNDO.pdf>>. Acesso em: 20 dez. de 2016.
- MULLER, K.D. Colonização Pioneira no Sul do Brasil o Caso de Toledo, Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro. v.48, n. 1. pg. 83/139. Jan./Mar. 1986.
- PEREIRA, A.G; TUMA FILHO, F.D.A. O Fenômeno Migratório Brasileiro no Contexto Capitalista. **Revista Informe Gepec**, v.15, n. 3, p. 279-287, 2011,
- PAWELKE, J.C. **Ficando Rico no Oeste do Paraná**. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2ª ed., 2008.
- PRIORI, A; POMARI, L.R.; AMÂNCIO, S.M.; IPÓLITO, V.K. **História do Paraná (séculos XIX e XX)**. Maringá: ed. Eduem, 2012.
- RABUSKE, I.J.; SANTOS, P.L.; GONÇALVES, H.A.; TRAUB, L. Evangélicos brasileiros: quem são, de onde vieram e no que acreditam? **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano IV, n. 12, Jan. 2012.
- SANTOS, A.V.; CECCHETTI, E. . Imigração alemã, luteranismo e a criação de escolas no sul do Brasil. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 7, 2013, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: UFMT, 2013. v. 1. p. 1-15.
- STRECK, G.I.W. Panorama histórico das escolas comunitárias do Sínodo Rio-Grandense/IECLB e da Rede Sinodal de Educação. **Revista de Educação do Cogeime**, v. 25, n. 48, p. 63-73, 2016.
- SILVA, Y.G. Fenômeno religioso: uma busca pela verdade. **Fragmentos de cultura**, Goiânia, v. 22, n. 4, p. 345-353, 2012.

VANDERLINDE, T. IECLB no Oeste do Paraná e a Emergência do CAPA. **Revista Tempos Históricos**, v. 4 n. 1, p. 61-88, 2002.

VANDERLINDE, T. **Entre dois reinos**: a inserção luterana entre os pequenos agricultores. 2004. 353 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense (UFF), Niteroi, 2004.

VANDERLINDE, T. **Entre dois reinos**: a inserção luterana entre os pequenos agricultores no sul do Brasil. Cascavel: Edunioeste, 2006.

VARES, S.F. O Sagrado e o profano em Émile Durkheim. **Revista E-fappes**, São Paulo, v. 01, n. 04, fev./jul., 2015.

WACHHOLZ, W. Luteranismo no Brasil: trajetórias e desafios. **Estudos Teológicos**, v. 49, n. 2, 2009.

WEISS, R. Durkheim e as formas elementares da vida religiosa. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 13, n. 22 p. 95-119, jul./dez. 2012.

WITT, O.L. **Igreja na migração e colonização**. São Leopoldo: Sinodal, 1996.

WULFHORST, I. Religiões, novas religiões e seitas no Brasil. In: BRAKEMEIER, G. **A presença Luterana**. São Leopoldo: Sinodal, 1989.